

**Anais do Simpósio
Interdisciplinar sobre
o Sistema
Político Brasileiro
e XI Jornada de
Pesquisa e Extensão
da Câmara dos Deputados**

Luciano Irineu de Castro
Maurício Soares Bugarin
Fabiano Peruzzo Schwartz
(Organizadores)



Instituto de
Matemática
Pura e Aplicada

Centro de
Formação, Treinamento e
Aperfeiçoamento



CÂMARA DOS
DEPUTADOS



Luciano Irineu de Castro
Maurício Soares Bugarin
Fabiano Peruzzo Schwartz
(Organizadores)

**Anais do Simpósio
Interdisciplinar sobre
o Sistema
Político Brasileiro
e XI Jornada de
Pesquisa e Extensão
da Câmara dos Deputados**

Editora Metrics
Santo Ângelo – Brasil
2021

Copyright © Os autores

Imagens da capa: Impa

Revisão: Os autores

CATALOGAÇÃO NA FONTE

S612a Simpósio Interdisciplinar sobre o Sistema Político Brasileiro (2021 : Rio de Janeiro, RJ)

Anais do Simpósio Interdisciplinar sobre o Sistema Político Brasileiro e XI Jornada de Pesquisa e Extensão da Câmara dos Deputados / organizadores: Luciano Irineu de Castro, Maurício Soares Bugarin, Fabiano Peruzzo Schwartz. – Santo Ângelo : Metrics, 2021.

611 p. : il.

ISBN 978-65-89700-34-0

DOI 10.46550/978-65-89700-34-0

1. Política - Brasil - Anais. I. Castro, Luciano Irineu de (org.). II. Bugarin, Maurício Soares (org.). III. Schwartz, Fabiano Peruzzo (org.). IV. Título. V. Jornada de Pesquisa e Extensão da Câmara dos Deputados

CDU: 32(061.3)

Responsável pela catalogação: Fernanda Ribeiro Paz - CRB 10/ 1720

2021

Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional.

Rua Antunes Ribas, 2045, Centro, Santo Ângelo, CEP 98801-630

E-mail: editora.metrics@gmail.com

<https://editorametrics.com.br/>



Simpósio Interdisciplinar sobre o Sistema Político Brasileiro & XI Jornada de Pesquisa e Extensão da Câmara dos Deputados

IMPA, Rio de Janeiro 05 a 09 de julho de 2021

Comitê Organizador

Luciano I. de Castro (IMPA)
Mauricio Bugarin (UnB)
Fabiano Peruzzo Schwartz (CEFOR – Câmara de Deputados)

Comitê Científico

Adriana Portugal (TCDF)
Arnaldo Mauerberg Jr. (UnB)
Andrea Q. Dantas (AGU)
Bernardo Mueller (UnB)
Bruno Salama (FGV-Direito)
Carlos Pereira (FGV-EBAPE)
Chris Garman (Eurasia)
Diloá Athias (Development Pathways Ltd)
Fabiana Rocha (USP)
Feliz Lopez (IPEA)
Fernando Meneguin (IDP)
Lorena Barberia (USP)
Luciana Yeung (Insper)
Lucio Rennó (UnB)
Marcus A. Melo (UFPE)
Maria Tereza Sadek (USP)
Mathieu Turgeon (Western Univ.)
Odilon Camara (USC)
Rafael Favetti (Favetti Advogados)
Renon Pessoa Fonseca (Cefor)
Silvio Cascione (Eurasia)
Terezinha Silva (Câmara dos Deputados)
Vander Lucas (UnB)

Comitê de Apoio

Christina Lins (Câmara dos Deputados)
Isabel Lobo (Câmara dos Deputados)
Letícia Ribas (IMPA)
Paula Dugin (IMPA)
Suely Lima (IMPA)
Tatyana Maia (Câmara dos Deputados)



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	11
Os Organizadores	
PROGRAMAÇÃO DO SIMPÓSIO INTERDISCIPLINAR SOBRE O SISTEMA POLÍTICO BRASILEIRO & XI JORNADA DE PESQUISA E EXTENSÃO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS.....	23
CAPÍTULOS31	
DURAÇÃO DE MANDATOS, REELEIÇÃO E PLEBISCITO DE DESTITUIÇÃO	33
Luciano I. de Castro	
A INFLUÊNCIA DO DINHEIRO NAS ELEIÇÕES PROPORCIONAIS: UMA ANÁLISE COMPARATIVA DOS CUSTOS FINANCEIROS NAS CAMPANHAS POLÍTICAS DOS DEPUTADOS FEDERAIS ELEITOS NO RIO DE JANEIRO EM 2014 E 2018.....	73
Gabriel Guimarães de Souza	
QUE TIPO DE FINANCIAMENTO ADOTAM OS CANDIDATOS A VEREADORES DO PARTIDO NOVO?	93
Vitor Pimenta G. de Souza / Maiane Bittencourt / Rodrigo da Silva	
O FINANCIAMENTO DE CAMPANHAS ELEITORAIS E O CAIXA DOIS: UM PROBLEMA EM ABERTO	111
Daniel Falcão / Tiago Augustini de Lima	
PROPOSTA, PONDERAÇÕES E VANTAGENS PARA UM SISTEMA ELEITORAL DISTRITAL MISTO NO BRASIL	129
Gustavo Inácio de Moraes / João Pedro Zanetti Maffessoni	
IMPACTOS NA REPRESENTAÇÃO FEMININA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS E DAS ASSEMBLEIAS LEGISLATIVAS COM ADOÇÃO DO DISTRITÃO	147
Thiago Alexandre Melo Matheus / Ana Luiza Backes / João Carlos Afonso Costa	

CONSEQUÊNCIAS DO FIM DAS COLIGAÇÕES NAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE 2020 E PERSPECTIVAS PARA 2022	171
Thiago Alexandre Melo Matheus	
DORMANT VOTERS, SOCIAL MEDIA, AND STRATEGIC RADICALISM – PRELIMINARY RESULTS	191
Mauricio Soares Bugarin / Adriana Cuoco Portugal	
COLIGAÇÕES E FRAGMENTAÇÃO PARTIDÁRIA: NOTAS PARA UM BALANÇO	205
Lucas M. de Arruda Câmara	
REPRESENTAÇÃO SUBSTANTIVA E GÊNERO: ATUAÇÃO PARLAMENTAR DE MULHERES NO PODER LEGISLATIVO NACIONAL (2003-2015)	223
Ana Paula Cavalcante Limão da Silva / Éder Rodrigo Gimenes	
AS COMISSÕES NA APROVAÇÃO DO PLANO NACIONAL DE CULTURA: FATORES PARTIDÁRIOS E DE EXPERTISE	243
Rodrigo Cordeiro Carvalho	
AS AÇÕES DIGITAIS DAS CÂMARAS MUNICIPAIS NA PANDEMIA DE COVID-19: UM ESTUDO DE CASO DE BELÉM, CURITIBA, GOIÂNIA, SALVADOR E SÃO PAULO	269
Isabele Batista Mitolo / Michele Goulart Massuchin / Paula Andressa Oliveira	
RENDA MÍNIMA: UMA METODOLOGIA PARA DEFINIÇÃO DE SEU VALOR	289
Luciano Irineu de Castro	
A CONSTITUCIONALIDADE DA REFORMA DA PREVIDÊNCIA DE 2003: COMO DECIDIRAM A CCJC E O STF?	315
Ana Luiza Gajardoni de Mattos Arruda	
ACESSIBILIDADE ELEITORAL: PERSPECTIVAS E DESAFIOS PARA A PROMOÇÃO DOS DIREITOS POLÍTICOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA	333
Joelson Dias / Ana Luísa Junqueira	
REDES DE POLÍTICAS PÚBLICAS E GOVERNANÇA: A PARTICIPAÇÃO DE GRUPOS DE INTERESSE NA CÂMARA DOS DEPUTADOS	349
Ricardo Modesto Vieira / Fabiano Peruzzo Schwartz	

RELACIONES EXECUTIVO-LEGISLATIVO: UMA ANÁLISE DA GOVERNABILIDADE DO PRESIDENTE JAIR BOLSONARO, NA CÂMARA DOS DEPUTADOS, NOS DOIS PRIMEIROS ANOS DE MANDATO (2019-2020)	373
Maria Paula Heck de Jesus	
PRESIDENCIALISMO DE COALIZÃO: UMA ANÁLISE CIENTOMÉTRICA DA LITERATURA (1990-2021)	399
Amanda Sangalli / Rodrigo da Silva	
APRECIAÇÃO DE VETOS PRESIDENCIAIS PELO CONGRESSO NACIONAL BRASILEIRO: PODER DE AGENDA DO LEGISLATIVO, NÃO DECISÃO, E OBSOLESCÊNCIA DO VETO	413
Marcos Aurélio Pereira / Maurício Schneider	
QUEM RELATA? O PERFIL DOS RELATORES NA CDH DO SENADO FEDERAL (2005-2018)	433
Jonatas Nogueira Aguiar de Souza e Silva / Bruno de Castro Rubiatii	
CONFLITO DE INTERESSES NO ÂMBITO PARLAMENTAR: ANÁLISE SOBRE O CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR DA CÂMARA DOS DEPUTADOS DO BRASIL.....	453
Felipe Borba / Michael Martinez Vargas	
O PARTIDO MILITAR NO SISTEMA POLÍTICO BRASILEIRO	473
Ana Penido / Suzeley Kalil	
RESUMOS EXPANDIDOS	491
DESIGUALDADE SOCIAL E FINANCIAMENTO DE CAMPANHAS NOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS	493
Felipe Y. Y. Roviello / Maurício S. Bugarin	
REFLEXÕES SOBRE A EFICÁCIA DO FUNDO ELEITORAL	499
Rômulo Hannig Gonçalves da Silva / Gustavo Fernando Fröhlich	
ALIADOS NO JOGO, DE NOVO: ASPECTOS GERAIS DA CONFIGURAÇÃO DAS COLIGAÇÕES ELEITORAIS DE PREFEITOS REELEITOS (2016)	505
Zara Rego de Souza / Maria Teresa Miceli Kerbauy	

GOVERNMENT COALITIONS IN DISTINCT POLITICAL SYSTEMS AND THE EXECUTIVE BRANCH STRUCTURE: AN EXPLORATORY CASE OF COMPARATIVE STUDY	513
Sheila Cristina Tolentino Barbosa	
OS EFEITOS DO ASSOCIATIVISMO NO DESEMPENHO PARLAMENTAR FEMININO	519
Ana Paula Cavalcante Limão da Silva	
QUESTÕES CONTEMPORÂNEAS DA DEMOCRACIA CONSTITUCIONAL BRASILEIRA: O CONTROLE JUDICIAL DOS ATOS <i>INTERNA CORPORIS</i> E A ELEIÇÃO DA MESA DIRETORA DO CONGRESSO NACIONAL NOS MARCOS DO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO.....	525
Lucas César Severino de Carvalho	
O PODER DOS “CABEÇAS DO CONGRESSO”: ESTUDO SOBRE A AMBIÇÃO POLÍTICA E AS CHANCES ELEITORAIS DOS PREMIADOS DO DIAP	533
Nilton Sainz / Adriano Codato / Gabryela Gabriel / Victor Miranda	
CONTROLE PARLAMENTAR POR MEIO DO ORÇAMENTO: A EXPERIÊNCIA BRASILEIRA COM OBRAS PÚBLICAS.....	541
Fernando Moutinho Ramalho Bittencourt	
PRESERVING ECONOMIC ACTIVITY OR LIMITING THE SPREAD OF COVID-19? STRATEGIC POLITICAL DECISION-MAKING IN THE BRAZILIAN MUNICIPAL ELECTIONS OF 2020	549
Claudia Cerqueira / Karina S. S. Bugarin	
HOW DIFFERENT IS THE BRAZILIAN POLITICAL SYSTEM? A COMPARATIVE STUDY.....	555
Odilon Câmara / Luciano de Castro / Sebastião Oliveira	
O CONSELHO DE ÉTICA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS: ANÁLISE DE SUACOMPOSIÇÃO SOB A ÓTICA DOS ESTUDOS LEGISLATIVOS E DO PRESIDENCIALISMO DE COALIZÃO	561
João Victor Ribeiro Fernandes / Bruno de Castro Rubiatti	
PROIBIÇÃO DE COLIGAÇÕES NAS ELEIÇÕES PROPORCIONAIS E FRAGMENTAÇÃO PARTIDÁRIA: BREVE ANÁLISE SOBRE AS ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE 2020 NAS CAPITAIS BRASILEIRAS	571
Breno Ramos Guimarães Martins	

RESUMOS SIMPLES 579

PERFORMANCE MACROECONÔMICA E APROVAÇÃO PRESIDENCIAL: UMA ESTIMAÇÃO DA FUNÇÃO POPULARIDADE PARA O BRASIL.....	581
Natália Rodrigues Corado / Geovana Lorena Bertussi / Luis Guilherme Alho Batista	
VOTO TRANSFERÍVEL EM ELEIÇÕES MAJORITÁRIAS – UMA ALTERNATIVA PARA O SISTEMA ELEITORAL DO BRASIL.....	583
Gustavo Inácio de Moraes / João Pedro Zanetti Maffessoni	
CANDIDATURAS INDEPENDENTES: UMA ANÁLISE SOBRE SUA (DES)CONFORMIDADE SISTÊMICA.....	585
Marina Almeida Moraes	
INDICADOR DE SIMILARIDADE DO DISCURSO PARLAMENTAR: ANÁLISE DO COMPORTAMENTO DAS COALIZÓES PARTIDÁRIAS.....	587
Fabiano Peruzzo Schwartz	
AS PRERROGATIVAS CONSTITUCIONAIS E REGIMENTAIS DAS OPOSIÇÕES PARLAMENTARES NO BRASIL	589
Gabriella Maria Lima Bezerra / Paulo Sérgio Peres	
ATUAÇÃO LEGISLATIVA SUBNACIONAL VIA EMENDAS INDIVIDUAIS AO ORÇAMENTO: ELEMENTOS QUE AJUDAM A COMPREENDER A CONEXÃO ELEITORAL.....	591
Karina Melo Pessine / Mauro Macedo Campos	
GEOGRAFIA DO VOTO NAS ELEIÇÕES DE 2018 PARA A CÂMARA DOS DEPUTADOS.....	593
Diego Machado	
MULTI-OFFICE INCUMBENCY ADVANTAGE: POLITICAL CAREERS IN BRAZIL	595
Leandro de Magalhaes / Salomo Hirvonen	
USANDO MODELAGEM ESTRUTURAL DE TÓPICOS PARA ESTUDAR CÂMARAS DE ECO POLÍTICO NO BRASIL	597
Pedro Luz de Castro / Lúcio Rennó	

ANÁLISE DA SOBREVIVÊNCIA DE LÍDERES PARTIDÁRIOS NA CÂMARA DOS DEPUTADOS (1995-2014)	599
Bruno Marques Schaefer / Tiago Alexandre Leme Barbosa / Viniciusde Lara Ribas	
UNIÃO À DIREITA: A ALIANÇA ENTRE MBL E PATRIOTA NAS ELEIÇÕES DE 2020.....	601
Victor Finkler Lachowski	
DESENHOS INSTITUCIONAIS DA CGU ENTRE 2001 E 2016	603
Beatriz Silva da Costa / Thiago Rodrigues Silame	
JUDICIALIZAÇÃO DA POLÍTICA: O USO DAS AÇÕES DIRETAS DE INCONSTITUCIONALIDADE PELOS PARTIDOS POLÍTICOS (2019- 2020)	605
Ronaldo Quintanilha da Silva / Ronaldo Oliveira de Melo	
SOBRE OS ORGANIZADORES	609

DESIGUALDADE SOCIAL E FINANCIAMENTO DE CAMPANHAS NOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS

Felipe Y. Y. Roviello¹

Maurício S. Bugarin²

Resumo: Este estudo examina o impacto da desigualdade de renda nos custos das eleições municipais no Brasil. Modelos de economia política sugerem que alta desigualdade de renda aumenta a doação para campanhas eleitorais. Para testar essa hipótese, usamos dados de painel para as eleições municipais brasileiras de 2004 a 2016. Os principais resultados obtidos de modelos de efeitos fixos sugerem que municípios mais desiguais tendem a apresentar eleições mais custosas. Tal resultado indica que reduzir a desigualdade de renda pode contribuir para a estabilidade das instituições e a confiança no processo eleitoral.

Palavra-chave: Financiamento de Campanha; Desigualdade de Renda; Lobby; Eleições; Brasil.

Abstract: This paper examines the impact of income inequality on election costs in Brazil's municipalities. Theoretical political economy models suggest that higher income inequality increases private contributions to electoral campaigns. To test this hypothesis, we use panel data from the Brazilian local elections from 2002 to 2016. The main results from fixed effects models suggest that more unequal municipalities tend to have more expensive elections. This indicates that reducing income inequality may contribute to institutional stability and trust elections.

Keywords: Campaign Financing; Income Inequality; Lobby; Elections; Brazil.

Resumen: Este estudio examina el impacto de la desigualdad de ingresos en los costos de las elecciones municipales en Brasil. Modelos de economía política sugieren que la alta desigualdad de ingresos aumenta las donaciones de campaña. Para probar esta hipótesis, utilizamos datos de panel para las elecciones municipales



1 Mestrando em Economia, Departamento de Economia Universidade de Brasília. E-mail: feliperoviello@gmail.com.

2 Ph.D. em Economia, Professor, Departamento de Economia, Universidade de Brasília, Professor Titular. E-mail: bugarin.mauricio@gmail.com

brasileñas de 2004 a 2016. Los principales resultados obtenidos de los modelos de efectos fijos sugieren que los municipios más desiguales tienden a tener elecciones más costosas. Este resultado indica que la reducción de la desigualdad de ingresos puede contribuir a la estabilidad institucional y la confianza en el proceso electoral.

Palabras clave: Financiamiento de las Campañas Electorales; Desigualdad de Ingresos; Lobby; Brasil.

Uma das características fundamentais da distribuição de renda no Brasil é a sua profunda desigualdade. Apesar de ter caído no país até 2014, o índice de Gini, que mede desigualdade de renda, voltou a crescer com a queda da renda dos mais pobres e o aumento da dos mais ricos a partir do final daquele ano (NERI, 2019). Por outro lado, Downs (1957) já havia observado que em um mundo com informação imperfeita, *lobbies* têm poder de influência sobre eleitores. Nesse sentido, a desigualdade de renda ganha importância no contexto do financiamento de campanhas eleitorais. Pode a desigualdade de renda ter algum impacto sobre o custo das eleições?

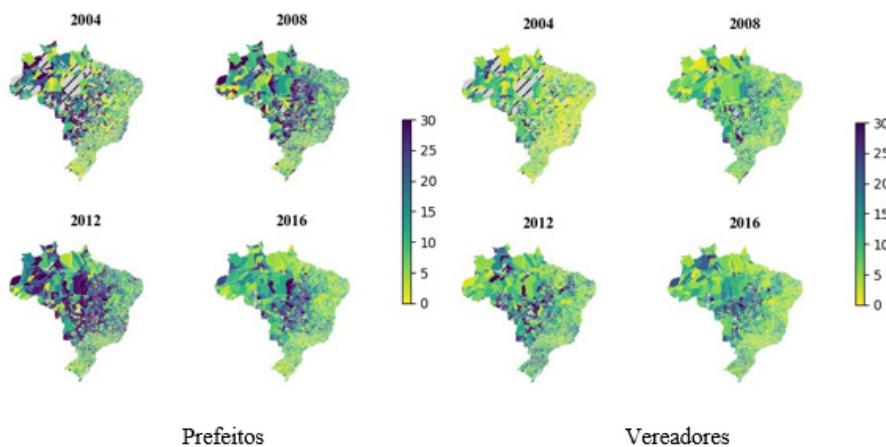
Uma literatura mais recente busca responder essa pergunta. Bugarin et al. (2011) desenvolvem um modelo de economia política e mostram como desigualdade de renda pode afetar o financiamento de eleições, prevendo que sociedades mais desiguais tendem a ter campanhas mais caras. Bugarin (2015) e Bugarin e Tanaka (2018) testam essa hipótese respectivamente para as eleições municipais brasileiras de 2004 e para as eleições da Câmara dos Conselheiros do Japão e para as eleições municipais brasileiras de 2012. Em todos os casos, foi encontrada uma relação positiva de gastos eleitorais com o índice de Gini. Este trabalho estende os estudos feitos anteriormente utilizando dados de painel para as eleições municipais brasileiras para prefeitos e vereadores de 2004 a 2016.

A principal variável dependente é o logaritmo de base 10 da receita/gasto de campanha dos candidatos por município. Os dados referentes aos gastos eleitorais para eleições municipais foram coletados do site do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Os valores utilizados foram obtidos por meio da agregação das receitas privadas de campanha (doações de pessoas físicas e jurídicas) dos candidatos por município por eleição e foram deflacionados para reais de 2012. Adicionalmente às receitas privadas, também foram utilizados os valores de baixas de recursos estimáveis, que são estimativas em reais de bens e serviços doados a candidatos.

A figura 1 plota as doações privadas agregadas por eleitor em cada município. Ela sugere que os gastos por eleitor nas regiões Centro-Oeste e Norte foram mais altos. Também é possível notar que eleições para prefeitos demandam mais recursos do que as eleições para vereadores.

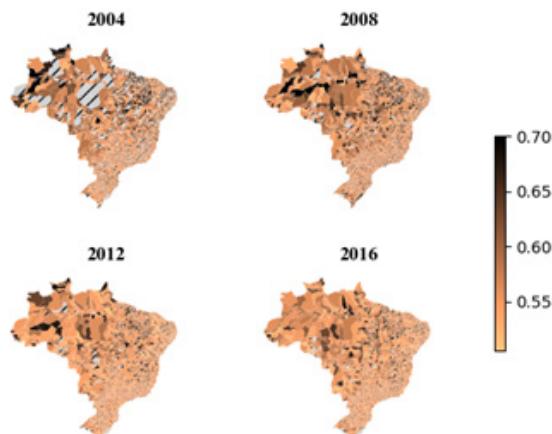
A principal variável explicativa é o índice de Gini dos municípios brasileiros. De acordo com o modelo desenvolvido em Bugarin (2015), deve haver uma relação positiva e significante entre o Gini e o custo das eleições. O presente estudo utiliza dados da RAIS, uma base de dados que contém informações sobre trabalho formal em todos os municípios brasileiros, para estimar os coeficientes de Gini para os anos de interesse. A figura 2 mostra os índices de Gini estimados. Ela sugere uma maior desigualdade de renda na região Norte, apesar do país todo ser bastante desigual.

Figura 1 - Doações privadas de campanha por município



Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (TSE)

Figura 2 - índice de Gini dos municípios brasileiros



Fonte: cálculos dos autores com base na RAIS

Dada a estrutura de painel dos dados, especificações de pooled OLS, efeitos aleatórios e efeitos fixos foram testadas, mas apenas os resultados para efeitos fixos são mostrados, uma vez que os testes de Chow, Breusch-Pagan e Hausman (testes para a escolha de modelos de painel) indicaram que o modelo mais adequado é o de efeitos fixos. Os modelos estimados são variações da seguinte especificação:

$$y_{i,t} = \alpha + \beta Gini_{i,t} + \Gamma_1 CON_{i,t} + \Gamma_2 Y_{i,t} + \mu_i + \epsilon_{i,t}$$

Onde $y_{i,t}$ é o log do gasto ou receita de campanha no município i no ano t . $Gini_{i,t}$ é o índice de Gini no município i no ano t e β é o coeficiente de interesse, cujo sinal esperado é positivo. $CON_{i,t}$ é o vetor de variáveis de controle descritas acima e $Y_{i,t}$ é um vetor com dummies de ano. Ambos os vetores possuem seus vetores de coeficientes correspondentes Γ_1 e Γ_2 . μ_i é o efeito individual invariante no tempo, α é a constante e $\epsilon_{i,t}$ é o termo de erro.

Os principais resultados podem ser vistos na tabela 1. As duas primeiras colunas apresentam os resultados das estimativas com as doações de campanha para candidatos a prefeitos e as duas últimas de candidatos a vereador. As colunas “Doações” tem como variável dependente o logaritmo de base 10 das doações privadas por eleitor (em milhares). Já as colunas “B.E.” tem como variável dependente o logaritmo das baixas de estimáveis por eleitor (também em milhares). Apenas os coeficientes estimados para

o índice de Gini e para a interação entre o índice de Gini e a renda per capita são mostrados. Os coeficientes para os controles são omitidos e entre parênteses, abaixo dos coeficientes, estão os erros padrões robustos.

Como esperado, o coeficiente estimado para o Gini é positivo e significante em todos os casos, indicando que desigualdade de renda afeta gastos e receitas de campanhas eleitorais positivamente. Como a variável dependente é o logaritmo de base 10 de um valor monetário, os coeficientes não podem ser interpretados como variação percentual. Na realidade, o coeficiente de 1.81 da regressão 1 nos diz que ao colocar todas as demais variáveis para seu valor mediano na amostra, um aumento de 0,01 no coeficiente de Gini implica em um aumento de 0,0015 no log das receitas privadas por eleitor para prefeitos em 2004. Apesar de parecer pequena, essa diferença significa que uma queda de 0,1 no coeficiente de Gini implica em uma redução nas doações de R\$ 0,25 por eleitor. *Gini*Renda* tem um coeficiente negativo, sugerindo que o efeito da desigualdade de renda nas doações de campanha tende a diminuir gradativamente à medida que um município enriquece.

Tabela 1 - Principais resultados

	Pref.	Pref.	Ver.	Ver.
	Doações	B.E.	Doações	B.E.
Gini	1.81*** (0.67)	4.31*** (1.30)	1.861*** (0.586)	3.794*** (1.033)
Gini*Renda	-0.33** (0.14)	-0.85*** (0.27)	-0.345*** (0.118)	-0.752*** (0.208)
Obs.	20044	15033	20044	15033
R ² within	0.06	0.15	0.181	0.092
R ² overall	0.05	0.03	0.076	0.020
R ² between	0.06	0.02	0.026	0.016

Fonte: cálculos dos autores

Apesar da especificação deste estudo não ser exatamente a mesma utilizada em estudos anteriores dada a estrutura de painel dos dados (todos os estudos anteriores para o Brasil foram *cross-sections*), os resultados principais vão na mesma direção que Bugarin (2015) e Bugarin e Tanaka (2018).

O estudo mostra como a desigualdade de renda dentro dos municípios brasileiros pode aumentar custo das eleições no Brasil. Para

isso, utilizamos um painel que cobre 4 eleições municipais e que contém receitas privadas e gastos de baixas de estimáveis (estimativas em reais de bens e serviços doados a candidatos) agregados por município e por cargo em disputa (vereadores e prefeitos).

As evidências encontradas contribuem para o debate acerca da desigualdade de renda no Brasil e em outras democracias jovens. Campanhas que demandam mais recursos criam ambientes que favorecem candidatos cujas bases eleitorais possuem mais meios para contribuir, mas que pedem em troca uma provisão menor de bens públicos, estimulando a criação de políticas públicas menos distributivas. Especialmente em um país com índices de desigualdade de renda historicamente altos como o Brasil, manter a estabilidade institucional e a confiança dos cidadãos no processo eleitoral passa pela redução da desigualdade de renda.

O estudo econométrico utiliza gastos e receitas eleitorais de eleições municipais brasileiras. Porém, eleições em outras esferas de governo, em especial para o governo nacional foram deixadas de fora. Além disso, estudos similares para democracias já consolidadas também podem trazer novas evidências acerca da relação entre desigualdade e gastos eleitorais. Essas são sugestões que deixamos para pesquisas futuras.

Referências

- BUGARIN, M.; PORTUGAL, A. C.; SAKURAI, S. N. **Inequality and the cost of electoral campaigns.** The great gap: inequality and the politics of redistribution in Latin America. Pennsylvania State University Press, Pennsylvania: 217-244, 2011
- BUGARIN, M. **Inequality and the cost of electoral campaigns in Brazil and Japan.** Saarbrücken: LAP LAMBERT Academic Publishing, 2015.
- BUGARIN, M., & TANAKA, M. C. **Inequality and the cost of electoral campaigns: Evidence from the Brazilian 2012 municipal elections.** Curitiba: CRV, 2018
- DOWNS, A. **An economic theory of political action in a democracy.** Journal of Political Economy, 65(2), 135-150, 957, 1957
- NERI, M. C. **A escalada da desigualdade - qual foi o impacto da crise sobre distribuição de renda e pobreza?** São Paulo: FGV Social, 2019 Disponível em <https://www.cps.fgv.br/cps/bd/docs/A-Escalada-da-Desigualdade-Marcelo-Neri-FGV-Social.pdf> Acesso em 15/03/2021